



## **QUALIDADE TOTAL X QUALIDADE SOCIAL: DUAS CORRENTES DICOTÔMICAS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

Aline Aparecida Martini Alves<sup>1</sup> - UNISINOS

**Resumo:** O presente trabalho visa analisar dois modelos distintos de gestão e qualidade da educação pública estadual do Rio Grande do Sul no período de 2007-2012, abordando visões dicotômicas quanto aos objetivos/fins da educação: a qualidade total, ligada diretamente à gestão empresarial, propõe a qualificação dos sujeitos para a competição do mercado de trabalho e para a formação de mão de obra de baixo custo para o mercado globalizado; já a qualidade social prioriza a formação integral dos cidadãos, a participação popular e a igualdade. Por meio de uma análise histórica, observa-se que essas duas visões foram consubstanciadas por políticas diversas. A qualidade total surge para salvaguardar o mercado capitalista e, com seus mecanismos de persuasão, tenta "convencer" de que esse é o único caminho possível para a educação. Em contrapartida, a qualidade social, de cunho mais democrático, nasce para a humanização, a igualdade e a coletividade, como um contraponto ao caráter mercadológico e discriminatório das políticas neoliberais.

**Palavras-chave:** Gestão da educação; Escola pública; Qualidade total; Qualidade social.

"A razão, ou *o ratio* de tudo que já conhecemos não é o mesmo que será quando conhecermos mais". (BLAKE apud THOMPSON, 1981, p. 8).

O tema qualidade de ensino vem sendo amplamente debatido em diversos setores da sociedade nos últimos anos. Essa preocupação social com a qualidade na educação surge após a constatação de que o objetivo inicial da universalização do acesso e permanência dos alunos na escola vem sendo atingido quase que totalmente. Verifica-se, então, que não é somente necessário que o aluno esteja frequentando a escola, é preciso que esta educação tenha qualidade. Nasce daí o debate e a busca pela *qualidade da educação*.

Há um leque de visões e correntes teóricas que consubstanciam as práticas de gestão e de qualificação da escola pública. Este trabalho pretende analisar as políticas que vêm sendo implantadas na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul pelas últimas duas gestões estaduais: governo Yeda Crusius (PSDB – gestão 2007–2010) e Tarso Genro (PT – gestão

---

<sup>1</sup>Graduada em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil. Especialista em Gestão Educacional pelas Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT. Atualmente é aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS – Mestrado em Educação. Professora da rede pública estadual do Rio Grande do Sul e da rede pública municipal de Novo Hamburgo/RS. E-mail: alinemartini@bol.com.br

2011– 2014), pontuando duas visões dicotômicas em relação ao *que se pretende formar, quais os objetivos/fins da educação e que sociedade se almeja*.

Nessa perspectiva, pretende-se analisar as realidades à luz da história, pois, segundo Marx, “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem e sim sob circunstâncias que encontram, legadas e transmitidas pelo passado” (apud MARTINS, 2008). Isto significa que estes dois períodos distintos devem ser observados, não como momentos estanques no tempo, mas como continuidades de um período histórico, iniciado no século XX, em que o capitalismo passa por uma reestruturação e traz reflexos significativos para todos os setores da sociedade.

Pode-se partir dessa premissa, enquanto pesquisadores, visto que vivencia-se diariamente *na pele* a repercussão que as grandes políticas de Estado interferem no cotidiano escolar e trazem consequências visíveis e outras nem tão visíveis assim para a formação/conformação social.

Azevedo (2007, p. 25) afirma que “o pensamento do pesquisador, produto de suas experiências como sujeito histórico, captura as relações mais complexas da realidade, ultrapassa a percepção imediata das manifestações fenomênicas”. Portanto, é analisado o que há de aparente, mas, e principalmente, o que há de dissimulado nos interesses daquele que detém o poder hegemônico do capital.

O termo *qualidade* começou a ser utilizado nos países mais desenvolvidos economicamente como Japão e Estados Unidos durante a Revolução Industrial para designar a busca de um padrão desejável para os produtos e serviços prestados naquela época, a *Qualidade Total*.

A Qualidade total é uma filosofia de administração dos negócios que foi, inicialmente, sistematizada e difundida pelo ideólogo norte-americano Edwards Deming. É também conhecida como *modelo japonês* de administração dos negócios (HERÉDIA, 1997).

Na década de 1940, o conceito da Qualidade Total foi amplamente difundido em nível mundial através das empresas japonesas, sendo incorporado em programas técnicos de produção, controle e gestão na década de 1960.

Hoje é um conceito utilizado nos mais diversos setores da sociedade, fazendo com que haja, por parte dos educadores, certa atenção à forma como estão se desenvolvendo esses novos paradigmas, uma vez que trouxeram dentro do seu arcabouço teórico, novos padrões de produção, consumo, conhecimento, formas culturais e práticas políticas (idem, p. 19). A

filosofia da Qualidade Total está sendo transportada para o campo da educação e mostra-se hoje como discurso oficial para a teoria neoliberal<sup>2</sup>.

Zitkoski (1997, p. 84) interpreta as *habilidades* que as empresas pretendem criar no ambiente educacional, afirmando que:

[...] o que está na raiz das teorias sobre Qualidade Total na educação, de reengenharia do ensino, da excelência do ensino é a razão instrumental como a posituação da vida, tecnificação do conhecimento, burocratização dos sistemas e atrofiamentos da capacidade crítica e criativa do ser humano.

Daí o interesse do sistema capitalista na educação dos futuros trabalhadores. No entanto, a educação não pode ser tratada como um negócio e o aluno como um produto, pois a educação é um processo e está tratando de seres humanos, que precisam aprender a entender o mundo, inclusive as relações de dominação pelo qual são submetidos neste sistema de exclusão social para terem capacidade de compreensão, luta e de resistência.

Como exemplo, pode-se citar o caso do Brasil, que em 1995, com o diagnóstico de *crise*<sup>3</sup> dado pelo governo brasileiro<sup>4</sup>, ignora as lutas e conquistas dos anos 1980 de direitos universais, cria, então, o Plano de Reforma do Estado, apresentado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). No plano consta:

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto de redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via de produção de bens e serviços para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento (apud PERONI, [S.d.]).

De acordo com Amaral (2006), a reforma é baseada na lógica mercantil, crendo que ela possa fazer o Estado tornar-se mais ágil e eficiente. Por sua vez, as estratégias de superação da crise produzem efeitos nas políticas sociais. Peroni (2006, p. 14) completa, afirmando que as prescrições dessas reformas para as políticas sociais são “a racionalização de recursos e o esvaziamento do poder das instituições públicas, pois são permeáveis às

---

<sup>2</sup>Para a teoria neoliberal, não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado. A estratégia, portanto, é reformar o Estado ou diminuir a sua atuação. O mercado é que deverá superar as falhas do Estado, através das privatizações, portanto, a lógica do mercado deve prevalecer, inclusive no Estado para que ele possa ser mais eficiente e produtivo (PERONI, 2006).

<sup>3</sup>Para os neoliberais o Estado “em crise” não pode executar política, então deve repassar a execução das políticas sociais para as empresas privadas e para a sociedade civil, que vai focalizar nos mais pobres para evitar o caos social. O Estado passa a ter o papel mais avaliador do que executor (PERONI, 2008).

<sup>4</sup>Naquele período, o Presidente da República era Fernando Henrique Cardoso (intelectual orgânico da Terceira Via) e filiado ao Partido da Social-Democracia Brasileira.

pressões e demandas da população, além de serem consideradas como improdutivas pela lógica de mercado”.

Assim as reformas implementadas são realizadas de modo gradativo, difuso e segmentado, porém com rapidez surpreendente. A lógica assumida pelas reformas estruturais da educação pública em todos os âmbitos (pedagógico, administrativo e financeiro), seguem os padrões de produtividade, eficácia, eficiência e excelência<sup>5</sup>, importados das teorias administrativas para as teorias pedagógicas (OLIVEIRA, 2006), *traduzidos* sob a lógica do discurso das instituições econômicas internacionais, como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio e *adaptado* pelas elites nacionais ao *modelo de desenvolvimento brasileiro*.

Boneti (2006, p. 236) constata o elevado grau de afinidade do discurso dos órgãos internacionais com as políticas educacionais do país, e critica essa retórica dizendo que “não se pode entender que as instituições financeiras internacionais exerçam um papel de *rolo compressor* [grifo do autor] sobre as políticas educacionais nacionais”.

Apesar disso, o governo do RS, Yeda Crusius (PSDB – 2007-2010), seguiu fidedignamente as prescrições desses órgãos, que pretensamente colocam as *qualidades de ensino* ligadas à formação dos sujeitos conforme os seus objetivos de lucratividade, reforçando os valores de competitividade e individualidade da sociedade guiada pelo capital.

As *novas* políticas influem nos parâmetros de qualidade de ensino da escola pública, na medida em que pretendem transformá-la conforme a lógica empresarial. Observa-se esse tipo de intervenção quando são colocadas como indicadores as avaliações externas de rendimento escolar, retirando do Estado a função de provedor da qualidade do ensino público, repassando para empresas terceirizadas a formulação de *provas* descontextualizadas, seguindo as estratégias do capitalismo “de que o Estado deve ser o avaliador, o coordenador e não mais o executor”. A lógica demonstra que as avaliações externas estão “vinculada à qualidade, mas aqui no caso, uma qualidade que tem como parâmetro o mercado” (PERONI, 2008, p. 113).

A implantação dessas políticas podem ser percebidas nitidamente, analisando o discurso da então Secretária Estadual de Educação, Mariza Abreu (2007-2009), quando destaca as parcerias público-privadas<sup>6</sup> como um dos caminhos para melhorar os indicadores

---

<sup>5</sup> A excelência é fundamentada sobre um padrão hegemônico, uma convenção que institui um “tipo ideal” de sujeitos sociais afinados com o paradigma da utilidade. A busca da excelência se encontra no mercado competitivo da oferta e da procura (BONETI, 2006).

<sup>6</sup> As Parcerias Público-Privadas são políticas adotadas pela *Terceira Via*, que é uma proposta alternativa ao neoliberalismo e à antiga social-democracia. Concorda com os neoliberais que a crise está no Estado, que gastou mais do que podia em políticas sociais e provocou a crise fiscal, só que a

de rendimento escolar dos estudantes gaúchos. Segundo ela “somente com Educação Básica de qualidade é possível fazer crescer a produtividade e desenvolver a economia no País e no Estado”<sup>7</sup>.

A postura assumida por Mariza Abreu caracteriza exatamente a lógica do privado no público, trazida pelas estratégias de superação da crise do capital, na qual as parcerias público-privadas são colocadas como uma das *salvações* para a melhoria da qualidade da educação e que as empresas privadas irão *auxiliar* (quando não *substituir*) o Estado na qualificação do ensino público. Podemos observar esta postura quando a secretária reitera:

Precisamos cada vez mais do apoio dos empresários para melhorar a Educação. Nós, gestores da educação e professores, sabemos que temos de agregar novos parceiros para alcançar as metas de aprendizagem e garantir uma vida de qualidade às crianças e jovens que frequentem a escola pública<sup>8</sup>.

As parcerias público-privadas *impostas* pelo então governo do estado podem ser caracterizadas como programas de fundo gerencialista que objetivam instaurar no setor público a lógica empresarial.

Gentili e Silva, ao referirem-se a tais situações, afirmam que as políticas em curso de delegar às empresas privadas a tarefa de salvar a escola básica onde trafegam recursos públicos são subterfúgio e, portanto, estratégias antidemocráticas. E continuam:

Empresas devem pagar os impostos que lhe cabem. Ao Estado compete gerir democraticamente os recursos. [Além disso], o volume fantástico de recursos públicos repassados a empresas, acrescidos das isenções, em nome de programas educativos são uma prática perversa de dilapidar o fundo público sem avaliação e controle pela sociedade organizada” (1996, p. 81).

Uma das *parcerias* firmadas pelo governo Yeda Crusius aconteceu com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAEd/UFJF, da Universidade Federal de Juiz de Fora, que realizou o SAERS (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul), criado por decreto da Governadora, em 2007, para obter informações sobre a qualidade do ensino nas escolas gaúchas.

Como justificativa para a implementação da política de avaliação externa do rendimento dos alunos, a SEC coloca que a avaliação do rendimento escolar tem por objetivo obter dados e informações sobre o desempenho dos alunos em relação ao desenvolvimento de

---

estratégia de superação da crise para a Terceira Via é o Terceiro Setor. Propõe reformar o Estado e repassar as tarefas para a sociedade civil, sem fins lucrativos (o público não estatal);

<sup>7</sup>Disponível em: [www.educacao.rs.gov.br](http://www.educacao.rs.gov.br)> Acesso em: 15 jan. 2009.

<sup>8</sup>Disponível em: [www.educacao.rs.gov.br](http://www.educacao.rs.gov.br)> Acesso em: 15 jan. 2009.

*competências e habilidades* cognitivas necessárias à sua inserção e participação na vida social, cultural e econômica do país, e consiste em instrumento imprescindível para a construção de *escola de qualidade para todos*.

Sobre a ideia de avaliação nestes moldes, Christian Laval (2004, p. 211) aborda que:

Esse vasto movimento de avaliação [...] é inseparável da subordinação crescente da escola aos imperativos econômicos. Ela acompanha a obrigação de resultados conhecida por se impor tanto à escola como a toda organização produtora de serviços. Nisso, ela participa das reformas centradas na competitividade visando a fixar e elevar os níveis escolares esperados.

Laval nos mostra que uma gestão pautada no resultado supõe a avaliação como uma técnica neutra, sendo guiada pelo princípio da eficiência. Esta perspectiva de avaliação veio a se consolidar no Brasil com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s - e com o resgate das avaliações dos diferentes níveis de educação: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE e o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (idem).

Dessa forma, essas políticas, também estimuladas pelo governo federal, são iniciativas que se orientam por uma visão interna da escola. Tomada como um *microsistema* educacional, a escola é responsabilizada pela construção do *sucesso escolar*, cabendo ao poder público a aferição da produtividade, por meio de aplicação de provas de rendimento aos alunos. Este encaminhamento, ao mesmo tempo em que se revela estimulador da competição entre as escolas, responsabilizando-as, individualmente, pela qualidade do ensino e re-situando o compromisso do poder público com seus deveres, é expressão do campo educacional da defesa do Estado Mínimo<sup>9</sup>, em nome da busca de maior eficiência e produtividade (SOUSA, 1997, p. 266). E ainda, “gerir o sistema público de educação de acordo com a lógica da economia de mercado tende a promover, não a sua democratização, mas o seu desmonte” (idem, p. 81).

Na contramão desse modelo de desenvolvimento hegemônico que visa pura e escancaradamente a reprodução da ordem capitalista excludente, a proposta da *qualidade social da educação* ganha espaço em governos “de caráter mais democrático e popular” (CAMINI, 2006, p. 59).

---

<sup>9</sup> Estado Mínimo para as políticas sociais e Máximo para o capital. (PERONI, 2006, p. 14).

Segundo Flach esta nova concepção passa a ser divulgada, principalmente por governos de oposição<sup>10</sup>, fundamentando-se em direitos sociais de cidadania, onde a qualidade educacional buscada deve superar o modelo empresarial e voltar-se aos interesses da maioria representada pela classe trabalhadora ([S.d.], p. 3-4).

Para essa pesquisadora, embasada nos estudos de Camini (2001) alguns eixos têm-se demonstrado como estruturantes: a democratização do acesso, democratização do conhecimento, democratização da gestão, financiamento e regime de colaboração e valorização dos trabalhadores da educação.

De acordo com esta, a qualidade social da educação mostra-se humanizadora, promotora da emancipação humana, quando coloca a possibilidade da participação, enquanto direito de cidadania, a necessidade de igualdade de acesso aos bens historicamente construídos pelo homem (PARO, 2007), a gestão democrática da escola pública e seus mecanismos de participação popular e o reconhecimento dos profissionais da educação, por meio da *escola cidadã*<sup>11</sup>.

Segundo Azevedo (2007, p. 106-7), a escola cidadã não é imune às contradições do contexto histórico em que está,

[...] mas no seu conteúdo essencial projeta a possibilidade concreta e perfilar a instituição escola na perspectiva da transformação, no embate com as relações de produção, cuja tendência é reduzir o papel da escola a mais um dos instrumentos que tem como contribuir para a reprodução da força de trabalho.

Isso significa que a escola cidadã tem caráter contra hegemônico, empoderador das camadas populares por meio da participação cidadã na escola pública.

Apesar das contradições inerentes ao sistema capitalista de produção, o governo do estado do Rio Grande do Sul, neste período particular, tende a considerar a necessidade da busca da qualidade social da educação por meio da escola cidadã. Apresenta políticas que visam a qualidade social da escola pública, como cita o atual Secretário Estadual de Educação José Clóvis de Azevedo:

---

<sup>10</sup>Como exemplo de tais experiências podemos citar os programas da “Escola Plural” em Belo Horizonte, da “Escola Cidadã” em Porto Alegre e da “Escola Candanga” no Distrito Federal, todas implantadas em governos integrados pelo Partido dos Trabalhadores.

<sup>11</sup>O conceito de escola cidadã é construído de forma crítica à educação tradicional, pois a escola tradicional apenas se preocupava em repassar conhecimentos. Partia do princípio positivista de que o conhecimento está pronto, quantificado. Então, a escola cidadã parte de uma crítica a esse modelo e pensa a escola como um local de formação humana, de uma formação para a cidadania, onde cada indivíduo desenvolve a sua formação aprendendo a se relacionar com o mundo, com a sociedade e com o outro; onde ele adquire a responsabilidade e ao mesmo tempo a consciência dos seus direitos (AZEVEDO, 2011, p. 3).

Nós temos um objetivo que é a educação de qualidade social, uma educação que tenha qualidade e dialogue com a cidadania, com a formação de um sujeito com consciência social, identidade aos conceitos da democracia e com competência técnica, para se colocar no mercado de trabalho e buscar a sua sobrevivência<sup>12</sup>.

O processo começa a consolidar-se dentro da escola pública por meio de diversos mecanismos como: a formação de professores considerando as necessidades e demandas da escola (estruturada em minicursos formulados e executados na própria instituição escolar), a abertura para as discussões sobre o novo modelo de Ensino Médio<sup>13</sup>, a inclusão no debate de uma nova forma de entender politicamente de quem e para quem a escola pública existe (a escola cidadã), a substituição do modelo excludente de avaliação externas da aprendizagem (SAERS) e posterior ranqueamento das escolas em *melhores ou piores* e substituição por um projeto de avaliação institucional, mais amplo e mais real que uma avaliação descontextualizada dos alunos nas disciplinas de Português e Matemática. Um novo projeto que inclui toda a comunidade escolar no processo avaliativo, propondo uma análise qualitativa e contextual da realidade das escolas, denominado SEAIP-RS (Sistema Estadual de Avaliação Institucional Participativo).

Segundo o Secretario Estadual de Educação do RS,

Pretende-se com o *Sistema Estadual de Avaliação Institucional Participativo (SEAIP-RS)*, construir diagnóstico que permita compreender e decifrar aquilo que está além do que o IDEB tem mostrado sobre a realidade do Estado e, com isto, *ultrapassar o limite da quantificação da escola pública, por meio de um olhar detalhado do que ocorre no interior da rede estadual de educação considerando suas diferentes instâncias (escola, Coordenadorias Regionais da Educação-CREs e órgão central-SEDUC)* [grifo meu], características e necessidades, os pontos de vista sobre o desempenho obtido e as condições que provocaram um determinado resultado<sup>14</sup>.

O modelo de qualidade social aponta para um horizonte de mudança qualitativa da escola pública, no momento em que coloca no centro das questões a pergunta: De quem e para quem essa escola existe? Quais os interesses e as necessidades das pessoas que a frequentam? Que *qualidades* a escola de hoje precisa?

Respondendo a essas questões Zitkoski (1997) afirma que a educação de qualidade não é aquela que forma quadros de excelência para um novo ciclo de competitividade no

<sup>12</sup>Disponível em: [www.educacao.rs.gov.br](http://www.educacao.rs.gov.br)> Acesso em: 17 fev. 2011.

<sup>13</sup> Neste momento não está se fazendo julgamento sobre se o projeto está a favor de quem e contra quem, apenas citamos como uma forma de mudança que tem por objetivo qualificar a educação. O tema sobre o “novo” Ensino Médio é algo a ser debatido posteriormente.

<sup>14</sup> Documento base do Sistema Estadual de Avaliação Institucional Participativo. Disponível em: [www.educacao.rs.gov.br](http://www.educacao.rs.gov.br)> Acesso em: 03 jan. 2012.

mercado econômico e que deixa no total abandono (cultural, econômico, político) a grande maioria da população. Ao contrário, a educação de qualidade é radicalmente emancipatória do indivíduo que se afirma enquanto sujeito, ser-pessoa, cidadão e, igualmente, dos setores marginalizados, empobrecidos, abandonados, que, à luz de uma formação crítica e conscientizadora, começam a trilhar o caminho da emancipação, da cidadania e da participação ativa enquanto sujeitos da práxis transformadora.

É inegável que existem modelos antagônicos em disputa na sociedade atual. Cada um elege seus critérios de qualidade do ensino conforme os projetos de sociedade que almejam. E, segundo Gentili e Silva (1997, p. 172), “não existe um critério universal de qualidade. Existem diversos critérios históricos que respondem a diversos critérios e intencionalidades políticas”. Os setores hegemônicos pretendem impor “o critério de qualidade como mecanismo de diferenciação e dualização social”. Já os setores mais ligados às camadas populares elegeem como critério “a qualidade como fator indissolúvelmente unido a uma democratização radical da educação e a um fortalecimento progressivo da escola pública”.

Ainda os autores quando afirmam que:

Nosso desafio é duplo. Por um lado, trata-se de destruir e combater esta nova retórica que se expande de forma bastante envolvente, com a força implacável do senso comum dominante. Por outro lado, trata-se de construir um novo sentido que leve a qualidade da educação ao *status* de direito inalienável que corresponde à cidadania, sem nenhum tipo de restrição ou segmentação de caráter mercantil (idem, *ibidem*).

Dessa forma, pode-se concluir que a educação pública é um importante instrumento de coerção social, em que determinados grupos políticos instalam ideologicamente *modelos* de cidadania e de sociedade conforme seus preceitos e interesses específicos. A sociedade deve ficar atenta para o que esses modelos representam para a construção de um futuro. O que se quer? Uma sociedade (*a*)fundadano egoísmo do mercado capitalista ou uma sociedade alicerçada em valores de justiça, solidariedade e humanidade?

## BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Josiane Carolina Soares Ramos do. **A trajetória da gestão democrática da educação na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

AZEVEDO, José Clóvis de. **Reconversão cultural da escola: Mercoescola e Escola Cidadã**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

BONETTI, L. W. As políticas educacionais, a gestão da escola e a exclusão social. In: FERREIRA, N. S. C.; et al. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2006.

CAMINI, Lúcia. **Educação pública de qualidade social: conquistas e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. Reformas do Estado e Construção das Políticas Educacionais no Rio Grande do Sul no período de 1999-2002: avanços, limites e contradições. In: PERONI, Vera; et al. **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

FLACH, Simone de Fátima. **Qualidade social da educação: uma concepção na perspectiva democrática**. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada6/trabalhos/1318/1318.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada6/trabalhos/1318/1318.pdf)> Acesso em 19 set. 2011.

GENTILLI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 1997.

HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. Dilemas da globalização. In: **Qualidade em educação: um debate necessário**. Passo Fundo: Universidade Educação Básica, 1997. Série Interinstitucional.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Planta, 2004.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Contexto, 2008.

OLIVEIRA, R. T. C. Público não-estatal: implicações para a escola pública brasileira. In: PERONI, Vera; BAZZO, Vera Lúcia; PEGORARO, Ludimar. **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2005.

PERONI, Vera. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, Vera.; BAZZO, Vera Lúcia; PEGORARO, Ludimar. **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. **Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado**. Porto Alegre: UFRGS, [S.d.].

\_\_\_\_\_; ADRIÃO, Theresa. **Público e Privado na Educação: novos elementos para o debate.** São Paulo: Xamã, 2008.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas e gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Educação. **Programa Estruturante Boa Escola para Todos.** Porto Alegre: CORAG, 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria Estadual da Educação. **Programas Estruturantes do Governo do Estado.** Disponível em: [www.educacao.rs.gov.br](http://www.educacao.rs.gov.br)> Acesso em: set. 2008; dez. 2008; jan. 2009.

SOUSA, Sandra Maria ZákiaLian de. Avaliação do rendimento escolar como instrumento de gestão educacional. In: OLIVEIRA, Dalila (org.). **Gestão democrática da educação.** Petrópolis: Vozes, 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ZITKOSKI, Jaime José. Educação de qualidade: que qualidade queremos? In: **Qualidade em educação: um debate necessário.** Passo Fundo: Universidade Educação Básica, 1997. Série Interinstitucional.

\_\_\_\_\_. **A escola cidadã e as classes populares: uma alternativa possível.** XII Seminário Regional de Educação Popular. Anais. Santa Cruz do Sul, mai. 2011.